

# Separata

# O SARGENTO

Suplemento de 4 páginas de O Sargento n.º 133

## COMEMORAÇÃO DOS 50 ANOS DA CRP, 37 ANOS DA ANS E 35 ANOS DE "O SARGENTO"

O 37º aniversário da Associação Nacional de Sargentos (ANS) foi comemorado a 27 de Maio de 2026 com um debate especial, na Casa do Alentejo, em Lisboa. Este evento marcou também os 50 anos da Constituição da República Portuguesa (CRP) e os 35 anos da "nova vida" do jornal "O Sargento".

Teve como tema central "A Liberdade de Expressão e Informação e A Liberdade de Imprensa e Meios de Comunicação (Artigos 37º e 38º da CRP)".



Moderado pela jornalista Soraia Ramos, contou no painel de oradores com a presença dos jornalistas Luís Filipe Simões e Pedro Tadeu.

Abriu a sessão o Vice-presidente da ANS, Fernando Grenho, "speaker" do evento, com uma breve intervenção de boas vindas e agradecimento pela presença de todos, passando de seguida a palavra ao Director do jornal "O Sargento".



António Lima Coelho começou por reitar os agradecimentos pela presença da moderadora e dos oradores presentes, justificando a ausência dos dois outros que tinham sido anunciados: o jornalista Bruno Amaral de Carvalho, devido a uma condição de saúde súbita que o levou à urgência hospitalar e o professor universitário Tiago André Lopes que, por razões profissionais de última hora, não teve possibilidade de se

deslocar do Porto a Lisboa.

Expressou a satisfação por assinalar as três datas tão significativas e representativas para a organização do evento:

- o 37º aniversário da Associação Nacional de Sargentos, estrutura representativa dos Sargentos de Portugal, no âmbito socioprofissional, ficando naturalmente para o Presidente da Direcção, João Mata, a abordagem à efeméride;

- o 35º aniversário da nova vida do jornal "O Sargento", manifestando a honra pela confiança em si depositada para prosseguir esta missão e lembrando que o primeiro número deste "Semanário dedicado aos Sargentos e Músicos do Exército" foi publicado em Julho de 1881, conforme cópia da primeira página, exposta no salão da Casa do Alentejo, a par de outras primeiras páginas deste órgão oficial da ANS. Recordou que este jornal, veículo importante na Revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891, foi proibido e encerrado, na sequência da derrota daquela revolta, mas que ficou para a história como a primeira tentativa de implantação da República. Em Janeiro de 1991, no centenário da Revolta do Porto, a ANS adquiriu e registou o direito do título, passando o jornal "O Sargento" a ser o órgão oficial da Associação Nacional de Sargentos. Recordou a importância dos anteriores Directores do jornal, o Sargento-Chefe Armando Parreira, entretanto falecido, e o Sargento-Mor Álvaro Martins, ambos importantes dirigentes associativos e fundadores da ANS. Na continuação da sua intervenção, relembrando uma citação, disse que "o nosso jornal não é lido. É estudado!", dando desta forma ênfase à importância do nosso jornal no seio da imprensa militar e associativa.



**50** anos  
CONSTITUIÇÃO  
REPÚBLICA  
PORTUGUESA

**37** anos  
ASSOCIAÇÃO  
NACIONAL DE  
SARGENTOS

**35** anos  
JORNAL  
"O SARGENTO"

### Debate Comemorativo

*"A Liberdade de Expressão e Informação (Artigo 37º) e a Liberdade de Imprensa e Meios de Comunicação (Artigo 38º)"*

**Moderadora:** Soraia Ramos, Jornalista.

**Painel de debate:**

- Luís Filipe Simões, Presidente do Sindicato de Jornalistas;
- Bruno Amaral de Carvalho, Jornalista;
- Pedro Tadeu, Jornalista;
- Tiago André Lopes, Professor Universitário.

**Espaço para debate – Perguntas e Respostas**

**27 maio 2026 • 17h45**  
Casa do Alentejo, Lisboa

Rua Portas de Santo Antão, 58  
1150-268 Lisboa

ans.pt ansargentos ansargentos ansargentos

- o 50º aniversário da publicação da Constituição da República Portuguesa. Lima Coelho explicou a escolha dos artigos 37º (Liberdade de expressão e informação) e 38º (Liberdade de imprensa e meios de comunicação social) da CRP como mote para o debate, referindo que todos têm o direito

de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, bem como o direito de informar, de se informar e de ser informados, sem impedimentos nem discriminações, e que o exercício destes direitos não pode ser impedido ou limitado por qualquer tipo ou forma de censura, como consta no artigo 37º.

Referiu ainda que é garantida a liberdade de imprensa e que esta liberdade de imprensa implica a liberdade de expressão e criação dos jornalistas e colaboradores, bem como a intervenção dos primeiros na orientação editorial dos respectivos órgãos de comunicação social, salvo quando tiverem natureza doutrinária ou confessional. O direito dos jornalistas, nos termos da lei, ao acesso às fontes de informação e à protecção da



independência e do sigilo profissionais, bem como o direito de elegerem conselhos de redacção e que o Estado assegura a liberdade e a independência dos órgãos de comunicação social perante o poder político e o poder económico, assim como assegura a existência e o funcionamento de um serviço público de rádio e de televisão, e ainda, que a estrutura e o funcionamento dos meios de comunicação social do sector público devem salvaguardar a sua independência perante o Governo, a Administração e os demais poderes públicos, bem como assegurar a possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião, conforme está expresso no artigo 38º.

António Lima Coelho deu assim o mote para lançar o debate, reforçando que estes artigos (como muitos outros da CRP) se encontram numa encruzilhada, perante ataques profundos por parte dos mais variados poderes da nossa sociedade, em claro incumprimento da CRP, tantas vezes por parte daqueles que se comprometem por sua honra ou que juram cumpri-la. Terminou reiterando o agradecimento à moderadora e aos palestrantes.

De seguida, Fernando Grenho fez a apresentação da moderadora do debate, Soraia Ramos.

Jornalista e repórter portuguesa da RTP, com percurso em rádio, televisão e imprensa. Com formação superior na Universidade de Coimbra, Universidade Católica Portuguesa e Universidade de Bamberg, na Alemanha, teve no início de carreira, passagem pelo jornal universitário “A Cabra” e pela Rádio Universidade de Coimbra (RUC). Posteriormente, e em termos de órgãos de comunicação social nacionais, referiu a colaboração com SIC, Antena 1, Visão, SIC Notícias e RTP. No âmbito internacional destacou-se pelo seu trabalho em cerca de 100 países e por reportagens de campo em zonas de conflito, nomeadamente reportagens sobre refugiados na Síria e a cobertura da guerra no Leste da Ucrânia. É também formadora internacional em novos média, jornalismo e reportagem. Feita a apresentação, passou-lhe a palavra.

Soraia Ramos começou por agradecer o convite, o carinho com que foi recebida e a aprendizagem sobre o jornal “O Sargento”, referindo que se sentia honrada pela presença, bem como pela companhia dos demais oradores e a importância dos temas.



Passou a apresentar o primeiro dos oradores, Luís Filipe Simões, Presidente do Sindicato dos Jornalistas. Com 22 anos de profissão, é jornalista do jornal “A Bola” desde 1993, onde começou a trabalhar na editoria das modalidades não profissionais. Ao longo dos anos desempenhou funções de redactor do futebol nacional, futebol internacional,

Benfica e foi um dos responsáveis pela edição de Angola do jornal “A Bola”. Integrou a Direcção do Sindicato dos Jornalistas como vogal durante cinco anos e foi eleito presidente desse organismo em Maio de 2021, sendo também um dos negociadores do Contrato Colectivo de Trabalho, publicado em 2023. Foi ainda fundador da Associação Literacia para os Media e Jornalismo e é igualmente membro do Conselho Consultivo da Entidade Reguladora da Comunicação Social.

De seguida passou à apresentação do segundo orador, Pedro Tadeu, jornalista desde 1983. É autor do programa “Panfletos”, na rádio pública Antena 1, que relaciona música com História. Participa, nessa estação, no programa “Radicais Livres”, prémio Sociedade Portuguesa de Autores (SPA) para Melhor Programa de Rádio em 2021. É curador da Feira do Livro e do Disco Políticos, organizado pela Câmara Municipal de Setúbal. Escreve no jornal “Diário de Notícias” e é comentador na CNN Portugal, trabalho que fez antes na RTP e na TSF. Criou “Quociente de Inteligência”, suplemento do jornal “Diário de Notícias” que recebeu um Prémio de Excelência do “European Newspaper Award”. Foi director do jornal “24horas”, director adjunto no site “Plataforma Media”, subdirector da produtora de vídeo “Global Media Play” e director do arquivo do “Global Media Group” (Diário de Notícias e Jornal de Notícias). Foi Chefe de Redacção do jornal “A Capital” e redactor do jornal “Avante!”.

Feitas as apresentações, Soraia Ramos passou então a palavra a Luís Filipe Simões para a intervenção.

O Presidente do Sindicato dos Jornalistas começou por agradecer o convite e dar os parabéns à ANS pela iniciativa, referindo também, em relação à intervenção de Lima Coelho, que é muito bom ter-se um jornal que “é estudado”. Sobre o jornalismo em geral referiu que este não se encontra apenas em crise. O jornalismo está mesmo em risco! Relevou a importância do Serviço Público prestado pela RTP e pela Agência Lusa, na medida em que o país interior está a ser afastado da imprensa pois a imprensa regional está a ser comprada pelos grandes grupos económicos ligados à comunicação social.

Acresce que a LUSA, apesar de ainda ser detida a 100% pelo Estado, corre um risco assinalável de ingerência política por alteração dos seus estatutos, alterações essas feitas no gabinete do ministro que a tutela, sem ter sido promovida a audição e participação dos jornalistas. Para além disso o Conselho Consultivo da LUSA, criado em Janeiro de 2026 e responsável por aferir o cumprimento do contrato de serviço públi-

co, é composto por treze elementos onde apenas um é jornalista...

Outro aspecto negativo passa a ser a obrigatoriedade do Director de Informação da LUSA ser obrigado a ir prestar contas ao Parlamento, pois o papel do jornalista não é prestar contas, mas sim escutinar. Veja-se, por exemplo, o caso recente dos presidentes de câmara de Coimbra, Bragança e Maia que proferiram ataques à LUSA por esta escutinar situações relativas às tempestades. Referiu também que é um erro colocar a LUSA nas instalações da RTP, pois a RTP é cliente da LUSA e são dois organismos com identidades próprias e fins distintos.

Quanto às questões sindicais referiu que os equilíbrios de negociação dentro da RTP funcionam e a RTP funciona como um farol para quando se negociam as condições de trabalho com outros órgãos de comunicação social. O Contrato Colectivo de Trabalho tem para a entrada na profissão um salário de 900€, extremamente baixo, e ainda assim as empresas de comunicação não cumprem. As grandes empresas dizem que não podem cumprir e exigem flexibilidade, horários variáveis, dificultando as condições de vida dos jornalistas e impondo um controlo através da precariedade.

Na sua opinião já há cinco, seis anos achava que o Estado devia apoiar o jornalismo. Hoje considera que seria essencial e decisivo para a sua subsistência. Dando relevo a alguns casos, disse que na SIC existem jornalistas que há vinte e cinco anos não têm revisão salarial, enquanto a administração continua a ter os seus aumentos. Na Global o salário médio dos jornalistas são 1100€. Considera que com 900€ não há jornalismo independente e por isso é necessário fazer uma escolha, pois não existe uma sociedade saudável sem jornalismo saudável que lhe permita a independência. Terminou alertando que o apoio do Estado, essencial, não é um custo, mas sim um investimento.

Soraia Ramos agradeceu a interessante abordagem, reforçando a questão associada ao baixo salário de 900€ e as dificuldades daí resultantes, e passou a palavra ao segundo orador para a sua intervenção.

Pedro Tadeu começou por agradecer o convite e antes de iniciar a sua detalhada e profunda apresentação apoiada em “Power Point”, a que deu o título “Liberdade de Imprensa e Constituição”, lembrou a importância de no dia 25 de Abril de 1974 a edição do jornal “República” trazer pela primeira vez a inscrição “ESTE JORNAL NÃO FOI VISA-DO PELA COMISSÃO DE CENSURA” e, acto contínuo, deixou logo a abrir uma questão: “Como é que chegámos aqui?”



25 de Abril de 1974

Continuando, apresentou exemplos da imprensa em pleno período do chamado “Estado Novo” e os efeitos da censura na imprensa mesmo dias antes da Revolução.



20 de Janeiro de 1934 22 de Abril de 1974

Passou de seguida a referir a importância da Constituição da República promulgada em 2 de Abril de 1976, cujo 50º aniversário era um dos motes deste evento. Estabeleceu uma interessante comparação entre a blindagem constitucional de 1976 e a actual gestão empresarial da informação.

| A Blindagem Constitucional |                                                                            |                                                                                                |
|----------------------------|----------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                            | A Blindagem de 1976                                                        | A Regulação Atual                                                                              |
| O Papel do Estado          | Televisão proibida de ser propriedade privada (Art. 38º original).         | Concursos públicos de licenciamento, viário de <b>negócio</b> .                                |
| O Foco do Direito          | Proteção focada puramente no direito de informar e impedir censura prévia. | Direito à retificação e indemnização, gerido por <b>entidades</b> <b>extrajudiciais</b> (SIC). |
| Os Jornalistas             | Garantia de intervenção na orientação ideológica.                          | Termo suavisado para orientação editorial; foco no acesso a fontes e sigilo.                   |

Passámos de uma liberdade constitucionalmente blindada contra a ditadura para um modelo de gestão empresarial da informação.

Estabeleceu o paradoxo entre aquilo que o Parlamento Europeu aprova para proteger a liberdade de imprensa, a transposição para a legislação nacional e a realidade que vivem os profissionais da comunicação social sob a capa de uma pretensa segurança, referindo que a liberdade de imprensa atingiu o mínimo a nível mundial nos últimos 25 anos, tendo Portugal caído dois lugares, estando agora no décimo lugar deste ranking.

Deu exemplos da onda de desinformação e/ou notícias falsas detectadas pela União Europeia, particularmente em relação ao “coronavírus” e a censura feita por organismos europeus a diversos meios de comunicação, na sequência da guerra na Ucrânia, passando pela prisão por longo período, sem julgamento, de profissionais da comunicação social.



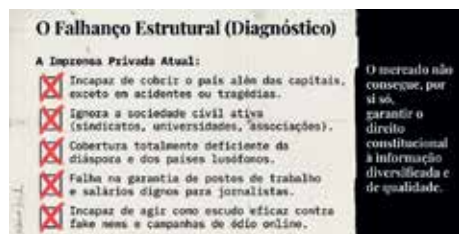


Seguindo esta linha de pensamento, referiu o “*abismo do comentário político*” em que a diferença entre os comentadores presentes nos meios de comunicação social televisivos configura uma verdadeira “câmara de eco ideológica”, conforme estes comentadores sejam conotados com a ala direita ou ala esquerda políticas, para além do “*dé-fice de género*” em que apenas 1 em cada 4 rostos que analisam o país na TV é feminino. Transformou-se o debate televisivo numa câmara de eco conservadora que induz uma falsa ideia de unanimidade.

Discorreu sobre aquilo a que chamou “*a armadilha algorítmica*” entre o jornalismo tradicional e o império algorítmico, considerando que o grande capital financeiro já não necessita de comprar jornais para influenciar as massas porque as redes sociais fazem-no de forma mais barata através do ónus do conflito em vez do rigor.

Expôs o que entende ser o “*ciclo vicioso da imprensa privada*” e as causas que conduziram à perda drástica de independência editorial e qualidade investigativa.

Caminhando para o fim da sua apresentação, deixou um quadro muito perceptível do diagnóstico para o falhanço estrutural da actual imprensa privada, considerando que o mercado não consegue por si só, garantir o direito constitucional à informação diversificada e de qualidade.



No último quadro apresentou “*o compromisso com a verdade*” em que defende que a liberdade de imprensa não é apenas a ausência de censura prévia. É o compromisso activo e incansável com as várias verdades que compõem a nossa realidade.

Terminou considerando que sem este compromisso, as garantias do 25 de Abril de 1974 e da Constituição de 1976 são apenas tinta no papel. O jornalismo democrático exige mais do que permissão para existir; exige condições estruturais para sobreviver!

Finda a apresentação de Pedro Tadeu, Soraia Ramos deixou um apelo à participação de todos os presentes para enriquecerem o debate. Dirigindo-se ao painel suscitou a questão se as pessoas em geral percebem a diferença entre o serviço público e as empresas privadas de comunicação social. E se as pessoas percebem bem a importância da Contribuição Audiovisual.



Em resposta a esta questão, Luís Filipe Simões destacou que há coisas que as pes-

soas só se apercebem da sua importância quando essas coisas lhes faltam. A contribuição audiovisual é um investimento das pessoas e não um custo.

Já Pedro Tadeu interveio no sentido de revelar que a RTP ocupa uma fatia da publicidade que é muito apetecível e isso incomoda muito os privados. Por outro lado, as pessoas também têm que sentir que o serviço público lhes é útil, dando o exemplo com a questão: “*Qual é a diferença entre o Jornal da Noite da RTP e o da SIC?*”

Numa outra perspectiva, contou o caso de uma notícia da CMTV de há cerca de oito anos atrás sobre o roubo de oito bolas de matráquilhos num café no interior, e entrevistou as pessoas que usavam esse jogo que estavam tristes porque passaram a ter só uma bola para jogar. E deixou mais uma pergunta: “*porque é que o serviço público abandonou as pessoas e os seus problemas?*” Declarou ainda que é preciso orientar o serviço público para o que interessa às pessoas, para que possam reconhecer a sua importância.

Numa intervenção da plateia, Vitor Marques Alves, dirigente da ANS, em jeito de resposta, referiu que não vê diferença entre a cobertura jornalística da RTP e dos outros canais, enfatizando que o jornalismo do serviço público se devia centrar nas pessoas, e concluindo que no seu entender o serviço público deveria ser inteiramente suportado pelo Orçamento de Estado.

De seguida interveio o Secretário-geral da AOFA, Branco Baptista, para dar os parabéns à ANS e agradecer o convite endereçado. Referiu também que ouviu com atenção a questão dos vencimentos dos jornalistas e que, por isso, lhes dava as boas vindas, também a eles, à luta por melhores vencimentos, sustentando que a informação se tornou num negócio e por isso já não existe informação, mas sim, propaganda.

Pedi depois a palavra o Sargento Joaquim Coelho, Presidente do Movimento Cívico de Antigos Combatentes, para dizer que os jornalistas têm dificuldade em fazer uma introspeção para “entrarem” nas pessoas. Foi jornalista nos jornais “*Século*” e “*Diário de Notícias*” e foi também repórter de guerra, fazendo referência aos vários teatros onde fez cobertura. Concluiu dizendo que enquanto não houver salários decentes, não há jornalismo isento.

Seguidamente, tomou a palavra Paulo Amaral, Presidente da Direção da AP, para quem, segundo o Artigo 37º da CRP que no seu número 1 afirma que todos têm direito de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento, o que se verifica é que nem todos podem usufruir desse direito, pois no que diz respeito aos Militares, estes cidadãos estão limitados nesse direito constitucional. A liberdade de expressão está condicionada para os Homens e Mulheres Militares, através da panóplia de legislação castrense que os limita nesse direito. No que diz respeito ao artigo 38º, considera que a liberdade de imprensa fica condicionada aos seus profissionais quando os meios de comunicação social estão nas mãos de grandes grupos económicos que apenas se propõem ao lucro e não à divulgação de informação sem

ser tendenciosa, pois estes grupos possuem variados interesses económicos e financeiros na sociedade que os “obriga” a que escolham minuciosamente as notícias e os envolvidos nessas notícias, por forma a não chocar com os seus interesses. Este paradigma contraria totalmente o espírito do nº 6 do artigo 38º da CRP. Referiu os casos da “*Impresa*” que passou a ter como accionista um grupo italiano, ligado a Silvio Berlusconi da direita italiana e a “*Media Capital*”, dona da TVI, Radio Comercial, CNN Portugal, entre outros, que tem como accionista principal o dono da “*Douro Azul*”, que nas últimas eleições presidenciais tomou parte activa e integrante numa das campanhas e que está politicamente ligado a sectores da direita em Portugal, além de outros interesses ao nível económico e financeiro. Para Paulo Amaral, os sinais fascizantes de anulação do pensamento próprio e da liberdade de expressão incorrem numa onda avassaladora do “*estar caladinho*” para salvar a pele, o sustento e a sobrevivência. Referiu que não é raro voltarmos a ouvir e a ler expressões abjectas do antes do 25 de Abril, como, por exemplo: “*cuidado com o que pensas*”; “*cuidado com a língua*”; “*vê lá o que dizes*”; “*o silêncio e autodomínio são muito importantes*”. A mentira e a desinformação estão a ganhar proporções nunca antes vistas nos discursos de políticos de direita e de extrema direita, tentando fazer com que uma mentira dita muitas vezes passe a ser verdade...

Afirmando-se ateu, logo não sendo crente, terminou com uma passagem de um texto do Padre José Luís Rodrigues, pároco do Funchal:

“*Aos amantes da liberdade e que recusam qualquer tipo de servidão é requerida uma atenção redobrada perante estas investidas, denunciá-las com coragem e continuar a luta por todos os meios para esclarecer devidamente as populações e os trabalhadores.*”



Sebastião Santana, coordenador da Frente Comum, falou de seguida para agradecer o convite e valorizando a existência da ANS e desta ter o seu próprio órgão de comunicação social, para informação directa dos associados e defesa das suas posições. Deu como exemplo o caso dos trabalhadores do IHRU – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, cuja luta intensa que têm travado tem tido muito pouca ou nenhuma cobertura mediática relevante e dizendo que a informação que chega às pessoas tem pouco a ver com a realidade.

Frederico Moraes, Presidente do Sindicato Nacional da Guarda Prisional, agradeceu o convite da ANS e lamentou que devido às suas intervenções enquanto dirigente tenha sido alvo de chacota no programa de Ricardo Araújo Pereira, tendo referido que na sequência da fuga de prisioneiros de Vale de Judeus teve sete processos disciplinares,

entretanto todos limpos e que a sua posição é de dizer a verdade acima de todos os prejuízos profissionais e irá defender os seus associados de forma permanente.

Soraia Ramos referiu, com oportunidade, que o facto de ter aparecido no programa do Ricardo Araújo Pereira, também permitiu trazer mais visibilidade para os problemas dos guardas prisionais.

De seguida interveio Álvaro Martins, antigo Director do jornal “*O Sargento*”, para partilhar a sua experiência na relação com os jornalistas, nos primórdios da ANS. Quando começaram os trabalhos da ANS, não havia sede social e por isso todos os bens se encontravam na bagageira de um automóvel. Após se arranjar uma sede, passaram a ter também um telefone e um fax. Como os comunicados eram feitos em computador, levávamos o comunicado a uns jornalistas amigos que nos ensinavam a fazer o texto da melhor forma e só depois o comunicado era concluído. Esta relação próxima entre ANS e jornalistas acabava por ajudar a que houvesse publicação da notícia e, assim, a luta se foi desenvolvendo. No tempo do primeiro-ministro Cavaco Silva, chegou um dia em que nos foi barrado o acesso à LUSA. Nessa sequência, e em contacto com uma jornalista amiga, esta referiu que os tempos tinham mudado, tinham “levado aperto”, e tinha sido criada a figura do jornalista acreditado para a área da Defesa. Posteriormente colocou-se a criação do editor que cortava as notícias, sendo o bloqueio feito a um nível superior ao dos jornalistas, e tudo ficou mais difícil. Passou-se ainda a usar outra estratégia que foi de enviar os comunicados para a as delegações regionais dos principais órgãos de comunicação social e por aí se tivesse conseguido, algumas vezes, furar o bloqueio. Por tudo isto é justo referir que nós devemos muito ao trabalho e ensinamentos dos jornalistas.



De seguida interveio Luís Bugalhão, Presidente da mesa da Assembleia-geral da ANS, questionando o painel, se não achariam que o jornalismo está, actualmente, mais dependente dos comentadores do que dos jornalistas.

Soraia Ramos respondeu que é um facto que na rua os directos são de dois minutos, mas que nos estúdios os comentadores levam vinte, trinta ou mais minutos de tempo de antena.

Já Pedro Tadeu referiu que os comentadores controlam o equilíbrio ideológico. Há o comentário opinativo e há a análise jornalística, que são coisas diferentes.

Luís Filipe Simões, referiu por fim que os canais de televisão acabam por condicionar o que as pessoas acham dos jornalistas. Disse ainda que ser governante é complicado, mas que se deviam não interessar tanto pelo deficit e interessarem-se mais pelo jornalismo.

Em jeito de conclusão do debate Soraia Ramos afirmou ter sido um privilégio estar no debate e como notas finais referiu vários

aspectos das intervenções, nomeadamente de Lima Coelho referindo que o jornal da ANS sendo estudado é o auge do jornalismo e que todos têm direito a formar a sua palavra. Relevou a frase de Luís Filipe Simões de que o jornalismo está em risco, bem como a lição de História da apresentação de Pedro Tadeu e a apresentação de coisas que não seriam do nosso tempo.

Sobre a sua própria atividade referiu que no próprio dia tinha feito reportagem sobre a onda de calor em Coruche e que as pessoas agradeceram muito terem sido entrevistadas. Referiu também que muitas vezes quando dá cobertura às lutas das pessoas consegue identificar-se com as suas próprias lutas. Muitos servidores públicos não têm voz e por isso tem muito orgulho em quem o faz e confia nos jornalistas.



Fernando Grenho passou a palavra a João Mata, Presidente da Direcção da ANS para a intervenção final, que transcrevemos na íntegra:

*“Exmos. Convidados, Caros membros do painel de debate, Minhas Senhoras e Meus Senhores, Caros Camaradas,*

*Ainda que as nossas lutas mais conhecidas prossigam o seu caminho e necessitem da força de todos, hoje a minha intervenção vai ser um pouco diferente.*

*O desafio lançado à Direcção da ANS pelo Director do Jornal “O Sargento”, para que as comemorações do nosso aniversário assumissem um formato diferente este ano, obrigou-me a um trabalho de pesquisa nos arquivos históricos da nossa associação: Comunicados, e anteriores edições do jornal de determinados períodos marcantes da nossa história tiveram de ser revisitados. E tive de ter esse trabalho porque sou um privilegiado que iniciou as suas funções de dirigente associativo depois de muitas batalhas que custaram centenas de processos disciplinares a quem nos antecedeu nesta missão!*

*Neste evento, a reflexão centrou-se, essencialmente, na liberdade de expressão e de informação e na liberdade de imprensa — direitos consagrados nos artigos 37º e 38º da Constituição da República Portuguesa.*

*E talvez seja importante começarmos precisamente pela Constituição, porque, na cerimónia que encerra a recruta, no seu Juramento de Bandeira, o militar não jura fidelidade a governos, partidos ou ideologias. O militar português jura “guardar e fazer guardar a Constituição e as leis da República”, defender Portugal “e estar sempre pronto a lutar pela sua liberdade e independência, mesmo com o sacrifício da própria vida”.*

*Ao jurar guardar e fazer guardar a Constituição, um militar assume, muito mais que uma formalidade, um compromisso solene com os valores democráticos nela consagrados, onde encontramos, naturalmente, a liberdade de expressão, o direito à informação, a liberdade de imprensa e, daí, o pluralismo*

*e a existência de uma sociedade democrática onde diferentes opiniões possam coexistir livremente.*

*E é por isso que a defesa destes direitos não pode ser entendida como algo exterior às Forças Armadas! Fazendo parte da matriz constitucional que os militares juram guardar e fazer guardar, é um dever!*

*Mas sabemos que este caminho não foi simples. Como referi na abertura desta intervenção, sou um privilegiado! Ao longo de muitos anos, dirigentes associativos militares foram alvo de processos disciplinares por expressarem publicamente opiniões sobre matérias socioprofissionais e institucionais. Houve quem pagasse um preço pessoal por defender aquilo que, ainda hoje, encontra resistência em alguns sectores mais conservadores das tutelas: que um militar continua a ser cidadão! Um militar é um cidadão que, ao decidir servir o país envergando um uniforme, não abdicou dos seus direitos de cidadania!*

*Houve evoluções? Sem dúvida!*

*A publicação, em 2001, da Lei do Direito de associação profissional dos Militares, Lei Orgânica 3/2001, e da 6ª alteração à Lei 29/82 através da Lei Orgânica 4/2001, a grande derrota do famigerado artigo 31º da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, viriam assegurar, às APM, o direito de exprimir opinião em matérias incluídas nas suas finalidades estatutárias e aos militares a Liberdade de Expressão. Ainda assim, em 2006, um Vice-Presidente da Direcção viu-se alvo de um processo disciplinar em consequência de declarações feitas à Comunicação Social! Em ponto algum as suas declarações se desviaram das finalidades estatutárias da ANS! Mas houve tentativa de silenciamento e um claro atentado à sua Liberdade de Expressão! A intenção de causar o medo nos restantes dirigentes e associados estava estampada nesse processo disciplinar! Mesmo depois de assegurados direitos socio-profissionais e de cidadania aos militares, estes continuavam a ser castigados, por “delito de opinião”, por tutelas militares que, ao afirmarem que não eram políticos e só aplicavam a lei, efectivamente não a cumpriam e vergavam-se perante um governo que instruíra funcionários infiltrados a fazer reportagens fotográficas que, posteriormente, endereçava aos ramos, que por sua vez, as aceitavam como instrumentos probatórios para novos processos disciplinares.*

*Em 2009 a Lei da Defesa Nacional haveria de ser totalmente revista, e com essa revisão o reforço da derrota do antigo artigo 31º que a Lei Orgânica 4/2001 havia iniciado! Os direitos de cidadania anteriormente negados aos militares, entre os quais o direito de manifestação, de reunião, de petição colectiva, ou o direito à Liberdade de expressão, viam a sua aplicação reforçada! Mas fica a questão: teremos cidadania plena?*

*17 anos passados, podemos concluir que a História provou que reconhecer direitos fundamentais aos militares não destrói a disciplina, não enfraquece a coesão nem coloca em causa o respeito hierárquico, que, sublinhe-se, é bidireccional!*

*Porque para se ser disciplinado não é preciso estar subjugado a um silêncio imposto!*

*Porque coesão não é sinónimo de unanimismo! Porque para agir com responsabilidade não é necessária a abstinência de pensamento crítico!*

*Ainda assim, não esqueçamos que o caminho não está percorrido! Recordemos que há pouco mais de um ano, em plena audição na Comissão de Defesa Nacional, um deputado eleito pelos cidadãos portugueses, afirmou que, para o seu partido, os militares não são cidadãos em uniforme, mas guerreiros! Não o aceitamos, e continuaremos a rebater ideias jurássicas de negação de direitos aos militares! Restrições não são proibições! Sim, somos cidadãos! Sim, somos trabalhadores! Sim, somos cidadãos e trabalhadores em uniforme!*

*50 anos de evolução tecnológica trouxeram-nos a uma época em que as enormes conquistas democráticas consagradas na Constituição coexistem com novos riscos e novas ameaças ao espaço público. Nunca houve tantos meios para comunicar, para informar e para participar. Mas toda esta globalização da informação também faz com que nunca tenha sido tão fácil manipular, distorcer, descontextualizar ou espalhar desinformação! E não será esta proliferação de desinformação e notícias falsas um ataque à liberdade de informação?*

*Também assistimos a preocupações crescentes sobre independência editorial, concentração mediática, pressão política, campanhas de desinformação e degradação da qualidade do debate público. Não estaremos na fronteira da liberdade de imprensa?*

*Estas preocupações não devem pertencer apenas aos jornalistas, aos académicos ou aos agentes políticos. Têm de ser preocupações de todos os cidadãos. E os militares não estão fora da sociedade portuguesa. São parte dela e o garante da sua sobrevivência democrática!*

*As Forças Armadas existem para defender a soberania nacional, a liberdade e a independência da Pátria. Mas esses conceitos não se limitam às fronteiras físicas do território. As fronteiras estenderam-se a um ciberespaço que está a ser aproveitado por forças antidemocráticas que têm de ser combatidas! Combatidas com informação de qualidade! Com imprensa livre e rigorosa! Com jornalistas motivados e livres para trabalhar! E com militares informados e disponíveis a defender o regime democrático, as instituições republicanas e os direitos fundamentais previstos na Constituição, combatendo estas novas formas de ataque às nossas liberdades! Muito mais que contrapor com factos, às vezes não partilhar pode ser suficiente!*

*Porque uma democracia fragilizada pela desinformação, pelo medo ou pelo ódio, seja ele qual for, torna-se uma democracia mais vulnerável!*

*A escolha do tema deste debate não foi, por isso, um mero acaso!*

*Debater estas temáticas deve levar-nos a reflectir sobre o equilíbrio entre liberdade e responsabilidade. Sobre a necessidade de proteger o pluralismo sem normalizar a manipulação. Sobre a importância de defender a liberdade de imprensa não normalizando a censura. Sobre a necessidade de preservar o*

*pensamento crítico sem destruir a confiança nas instituições democráticas.*

*Ao longo de 37 anos de existência, a Associação Nacional de Sargentos procurou afirmar-se como uma estrutura representativa responsável, firme e profundamente comprometida com os valores constitucionais.*

*E ao longo de 35 anos desta nova vida do jornal “O Sargento”, o nosso órgão de comunicação foi muito mais do que um simples boletim associativo. Foi espaço de informação, reflexão, debate, memória e intervenção cívica. Em muitos momentos, foi também instrumento de resistência democrática e de defesa da dignidade profissional e humana dos militares e a trincheira onde dezenas de “Sargentos devidamente identificados” puderam expressar o que lhes ia na alma!*

*Celebrar hoje estes aniversários não é apenas olhar para o passado. É assumir responsabilidades perante o futuro.*

*Num tempo de instabilidade internacional, tensões geopolíticas e desafios complexos às democracias europeias, seria um erro aceitar que a segurança e a estabilidade justificam o enfraquecimento das liberdades fundamentais. Quando as democracias aceitam sacrificar direitos e liberdades em nome do medo, são democracias doentes!*

*Cabe-nos, por isso, continuar a afirmar, com serenidade, mas também com firmeza, que defender a Constituição é defender integralmente os valores que nela estão inscritos.*

*Da liberdade de expressão e informação à liberdade de imprensa!*

*Do pluralismo democrático à dignidade da cidadania! Cidadania essa que também é pertença de quem serve Portugal de uniforme vestido!*

*Finalizo deixando um abraço fraterno à Direcção do jornal “O Sargento”, e a garantia que a sua liberdade editorial nunca estará ameaçada pela Direcção da ANS!*

*A todos os convidados deste debate, o nosso sincero agradecimento pela qualidade das reflexões aqui partilhadas.*

*E a todos os camaradas aqui presentes, deixo uma convicção simples: sabemos que mais facilmente os direitos dos nossos concidadãos serão por nós defendidos, se nós próprios experienciarmos esses direitos! A ANS continuará a bater-se por isso! Em defesa da Constituição!*

*Obrigado.”*



O Debate/Sessão terminou com a oferta a cada um dos membros do painel e moderadora de um medalhão/logotipo da ANS e de uma Constituição produzida pela Câmara Municipal de Almeida, por sugestão das associações profissionais e clubes militares, em 2016, por ocasião do 40º aniversário da Constituição da República Portuguesa.

A comemoração destas três efemérides terminou com um Porto de Honra e brinde, nos salões da Casa do Alentejo, em Lisboa! ▲